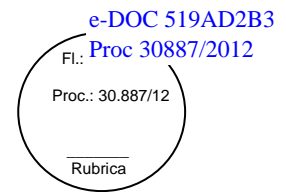




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



Processo nº: 30.887/2012

Apenso nº: 054.001.062/2011 (2 volumes)

Órgão de Origem: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Valor: 23.000,90¹

Ementa:

- Tomada de Contas Especial. Irregularidades na concessão, percepção e pagamento de indenização de transporte para frequência a curso. Militar da Polícia Militar do Distrito Federal. Decisão n.º 2588/2014. Citação. Possibilidade de julgamento irregular das contas e aplicação de penalidade. Art. 60, Lei Complementar n.º 1/1994; Oferecimento de defesa; Decisão n.º 2045/2015. Acórdãos n.º 231/2015 e n.º 232/2015. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito. Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Notificação. Interposição de Recurso de Reconsideração. Decisão n.º 2536/2015. Conhecido com efeito suspensivo. Pareceres convergentes: 1) manter na íntegra os termos da Decisão n.º 2045/2015 e dos Acórdãos de n.º 231/2015 e n.º 232/2015; 2) notificar o recorrente acerca do não provimento do recurso, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito. Voto convergente com os pareceres.

- **NESTA FASE:** Embargos de Declaração em face da Decisão n.º 202/2016 que negou provimento ao Recurso de Reconsideração e manteve os termos da Decisão n.º 2.045/2015 e dos Acórdãos de n.ºs 231/2015 e 232/2015. Admissibilidade.

VOTO: Provimento parcial. Reforma da Decisão 2.045/2014. Imputação de débito. Fixação de termo final à incidência de juros sobre o débito apurado. Deferimento de parcelamento do débito com desconto em folha até o limite de 10% dos vencimentos brutos, deduzidos os descontos compulsórios.

¹ Valor do débito em 31/12/2007



RELATÓRIO/VOTO

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidade em face da percepção indevida de valores, a título de ajuda de custo e indenização de transporte, em virtude da realização de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, no ano de 2007, na cidade de João Pessoa/PB, pelo militar **Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva**.

Na Sessão Ordinária nº 4.838, de 28/01/2016 o Tribunal lavrou a Decisão nº 2545/2015 (fl. 91) com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – negar provimento ao recurso de reconsideração de fl. 94/104, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 2.045/2015 e dos Acórdãos de nºs 231/2015 e 232/2015; II – notificar o recorrente para, em novo prazo de 30 dias, recolher aos cofres do GDF o débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 71.577,64 (valor atualizado em 06/10/2015), a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da LC n.º 435/2001 e da Emenda Regimental n.º 13/2003; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD/DF Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”

Irresignado, o senhor Marcus Rogério de Castro Pereira opôs Embargos de Declaração, com o fito de sanar obscuridade, contradição e omissões, que teriam o condão de modificar a Decisão atacada.

Em síntese, os embargos foram aviados ao fundamento de que: **a)** as razões de defesa apresentadas no Recurso de Reconsideração não foram enfrentadas; **b)** erro fundamental ao atribuir responsabilidade por fato diverso do fato apurado; **c)** não enfrentamento da contradição entre a Decisão 2.045/2015 e a Decisão 5.887/2014 arguida no Recurso de Reconsideração; **d)** onerosidade exacerbada, desproporcionalidade e injustiça da Decisão 2.045/2015 ante a Decisão 5887/2014; **e)** a omissão quanto à proposta de repetição do indébito manifestada no bojo do Recursos de Reconsideração; **f)** divergência do valor do débito constante na notificação e na planilha acostada aos autos; e **g)** injustiça das demais penalidades impostas pela decisão embargada.

O recurso preenche os requisitos do art. 190, § 1º, do RI/TCDF portanto, deve ser admitido.

² Art. 190. Os embargos de declaração poderão ser formalmente interpostos pelo responsável, seus sucessores, e interessado, ou pelo Ministério Público, dentro de dez dias do conhecimento ou da publicação oficial da decisão ou do acórdão, quando houver obscuridade, dúvida, contradição ou omissão no pronunciamento do Tribunal.

§ 1º Sob pena de rejeição in limine, os embargos indicarão, de modo preciso, o ponto obscuro, duvidoso, contraditório ou omissivo.



Importante destacar que o recurso embargos de declaração, previsto no art. 33, II³ e art. 35, *caput*⁴, da Lei Complementar nº 01, de 09 de maio de 1994, que instituiu a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, com a edição da Resolução 38, de 30 de outubro de 1990, dispondo acerca do Regimento Interno – RI/TCDF, possui maior alcance podendo ser admitido quando houver, além de obscuridade, contradição ou omissão, dúvida, quanto ao pronunciamento do Tribunal, conforme o *caput* de seu art. 190.

Admitido o recurso, avanço ao mérito.

Assiste razão ao Embargante vez que o voto condutor da Decisão nº 2545/2015 atribuiu ao Sr. Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva responsabilidade pela *percepção irregular de ajuda de custo e indenização de transporte na passagem para a inatividade*, quando em verdade estes autos tratam de *indenização de transporte para participação em curso de aperfeiçoamento* em João Pessoa/PB.

Tendo em vista os Embargos aviados (fls. 137/139v) e, revendo os autos, tenho que não foram devidamente enfrentados os argumentos da defesa alinhavados às fls. 94/104, em sede de Recurso de Reconsideração.

Os autos vieram instruídos com o Processo 540.001.062-PMDF (2 volumes), em que constam diversas informações, bem como cópia do Inquérito Policial Militar – IPM, instaurado por meio da Portaria de IPM nº 2008.001.0057.0295, de 20 de agosto de 2008 (fl. 04 - anexo).

Após as apurações encetadas no âmbito daquele procedimento inquisitorial, ao concluir as investigações, com a oitiva de diversas testemunhas e produção de provas materiais, concluiu o Sindicante, no que tange ao Embargante, na forma seguinte (fl. 208-anexo):

2) Não há indícios de crime ou transgressão da disciplina por parte dos seguintes investigados:

...

MAJ QOPM MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA. Mat. 50.248-0;

Importa destacar que a conclusão do Sindicante se lastreia no vasto material carreado aos do IPM, e quanto ao mérito da matéria se manifestou (fls. 192/194 do anexo) como se segue:

“Translado de Mudança:

...

O investigado, conforme se verifica nos autos apresentou a documentação exigida pela administração, através de suas normas, para receber a indenização de transporte, não sendo encontrada pelo setor responsável

³ Art. 33. De decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabem os seguintes recursos interpostos pelo responsável ou seus sucessores e interessados, ou pelo Ministério Público, conforme previsto no Regimento Interno:

...

II –embargos de declaração;

⁴ Art. 35. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão recorrida.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

e-DOC 519AD2B3

Fl.: Proc 30887/2012

Proc.: 30.887/12

Rubrica

pela verificação da documentação apresentada pelo Policial Militar (Ajudância Geral), irregularidade na mesma.

Ajuda de Custo:

...

Diante disso não se verificou nos autos a ocorrência de qualquer irregularidade quanto à percepção da Ajuda de Custo."

Conforme transcrito acima, nos autos do IPM instaurado para apurar, entre outros, a percepção dos valores referentes ao traslado de mudança e à ajuda de custo do Embargante e outros militares, o presidente do feito entendeu por afastar qualquer imputação quanto ao ora recorrente.

Divergindo das conclusões do IPM, o então Corregedor-Geral da PMDF, em despacho que indicia o Embargante e outros militares, assim se manifesta quanto à responsabilização do Maj. QOPM Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva:

"(...) Dessa forma, por meio das investigações não se verificou nos autos a ocorrência de qualquer irregularidade quanto à percepção da Ajuda de Custo pelo militar, conforme a Lei Nº 10.486 de 04 de julho de 2002. Porém, conforme indícios apontados pela investigação de que as notas fiscais apresentadas pelos oficiais foram adquiridas sem que a empresa tivesse transportado as mudanças, aduz que não foi efetivado o transporte dos móveis e demais itens da mudança da família conforme razões apresentadas acima no tocante à empresa Área Turismo, havendo desta forma, indícios de que o MAJ MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREREIRA DA SILVA, tenha praticado a conduta descrita nos artigos abaixo: (...)"

Conforme volvidas linhas, pende sobre o embargante a responsabilização pela percepção, tida por indevida, da ajuda de transporte para participação em curso de aperfeiçoamento, sendo que neste TCDF lhe foi imposta pena de inabilitação pelo prazo de cinco anos.

Muito embora conste dos autos a informação de que o Embargante tivesse apresentado nota fiscal falsa, esta conclusão não guarda sintonia com o apurado neste processo, já que com relação às Notas Fiscais 0068 e 0098, houve o reconhecimento de que, embora verdadeiras, são inidôneas. No caso vertente não se cuida de uso de documento falso.

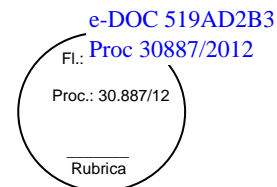
No bojo do IPM instaurado, ficou comprovada a falsidade de diversas notas fiscais, entretanto, com relação às Notas Fiscais de números 0068 e 0098, apresentadas pelo Embargante, estas foram consideradas inidôneas em razão de a empresa encontrar-se em situação irregular, conforme bem alumia a Informação nº: 277/2013 – SECONT/1ªDICONTE, conforme segue (fl.11):

13. No que diz respeito às notas fiscais nºs 0068 e 0098, fls. 07/08*, consta dos autos que, em fevereiro/2007, a empresa Altair Alexandre da Silva ME estava registrada na Junta Comercial do Distrito Federal como "agência de viagem e turismo por conta própria e transporte de carga, dentro do DF", fl. 15*. Em 12/11/2007, a descrição do objeto foi alterada para "transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento municipal", fl. 14*.

14. Nesse sentido, a referida empresa não estava autorizada a executar transporte de passageiros, mudanças, transporte de veículos e traslado pelas rodovias do Brasil, pois, segundo a Lei nº 11.442/2007, que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, era necessário que ela estivesse inscrita no Registro Nacional de Transportador Rodoviário de Cargas – RNTRC junto à Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, o que não ocorreu, conforme Nota Técnica nº 0083, fls. 39/40*

Portanto, conforme transcrito acima, a inidoneidade das notas fiscais 0068 e 0098 é formal, não sendo constatada inidoneidade material (falsidade) passível de se atribuir ao Embargante o uso de nota fiscal falsa.

Não há como equiparar, para o fim de atribuir responsabilidade, o documento falso com o documento inidôneo.

Embora em ambos os casos deve o responsável pelas contas responder por seus atos, no primeiro caso a reprimenda há que guardar sintonia com a repulsa de que se reveste o caso, enquanto o segundo deve cingir-se ao campo da recomposição do patrimônio público.

Assim, não encontra amparo nos fatos a gravosa pena de inabilitação, mesmo porque, como argui a defesa, a manutenção do *decisum* atacado pelos presentes Embargos de Declaração conflita com a Decisão 5.887/2014, assim ementada:

“DECISÃO ORD Nº. 5887/2014

Tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidade pelo prejuízo causado em decorrência de percepção indevida de valores a título de traslado de mudança e ajuda de custo, recebido pelo militar Adriano Meirelles Gonçalves, Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal, por ocasião do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2006, na cidade de Natal - RN, no período de 15 de maio a 20 de dezembro de 2006, objeto do Processo nº 054.001.053/2011.

Decisão

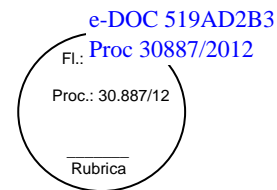
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento da defesa apresentada pelo militar Adriano Meirelles Gonçalves (fls. 45-55 e anexos de fls. 56-63), para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; II – julgar irregulares as contas do militar Adriano Meirelles Gonçalves, com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da LC nº 1/1994, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 56.059,31 (cinquenta e seis mil, cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), atualizado em 1.7.2014 (fl. 65), referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte e ajuda de custo em dobro para participação em curso de aperfeiçoamento no ano de 2006; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pela Relatora; IV – autorizar: a) a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994, caso não atendida a notificação; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.”

Em seu voto a i. Conselheira Anilceia Machado afasta a imposição da pena de habilitação argumentando que:

“Também, deixo de acatar a proposta de inabilitação, já que o militar beneficiário realmente fez jus à ajuda de custo, comprovada com a apresentação do certificado de conclusão do curso, tendo deixado de comprovar efetivamente a mudança da família e sua permanência em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



Natal/RN, o que não caracteriza, por si só, conduta passível de censura suficiente para incidência da pena em questão.”

Conforme apurado em sede de IPM, o responsável por aquelas contas, Maj. Adriano Meirelles Gonçalves, apresentou nota fiscal falsa, à luz do que consta à fl. 74 do processo anexo:

“Em relação às Notas Fiscais emitidas pela empresa Aréa Turismo aos indiciados, **verificam-se, numa primeira análise, irregularidades como adulteração grosseira na data de emissão (NF nº 0062 – Fl. nº 017) e declaração de valores que não coincidem com os valores reais quando multiplicados o valor unitário pela metragem cúbica declarada (NF nº 0025 – Fl. nº 030), o que, por si só constitui fortes indícios de fraude”**

O caso apreciado no Processo 16.981/12, de que decorreu a Decisão 5887/2014, deve ser o paradigma para o caso vertente, mesmo porque, tratam-se de casos idênticos, diferindo entre si apenas no lapso temporal, militando em favor do ora Embargante o fato de que não há que falar em responsabilidade pelo ressarcimento da ajuda de custo pois sua família, de fato, fixou residência no local do curso.

Portanto, de modo a preservar a equidade dos julgados desta Corte, necessário a reforma da decisão agravada tendo em vista que a Decisão paradigma afastou o dolo daquele que apresentou documento com “...adulteração grosseira na data de emissão...”.

Quanto à dúvida acerca de divergência de planilhas a que se refere o Embargante, esta decorre da atualização monetária e da incidência de juros sobre o valor do débito apurado, que segunda consta à fl. 67 do anexo, foi pago ao Embargante, por meio da Concessão de Transporte Nº 016/2007/AG-2 TRANSLAÇÃO DE BAGAGEM, a quantia de 23.000,90 (vinte e três mil reais e noventa centavos) sendo que R\$ 11.500,45 (onze mil reais e quarenta e cinco centavos) referem-se à indenização de ida e os outros R\$ 11.500,45 (onze mil reais e quarenta e cinco centavos) referem-se à volta.

Conforme linhas volvidas, não tendo ficado demonstrado nestes autos o dolo do Embargante, deve o responsável, Senhor **Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva**, restituir ao erário distrital a quantia de 23.000,90 (vinte e três mil reais e noventa centavos), recebidos no ano de 2007, a título de indenização de transporte para participação em curso de aperfeiçoamento de oficiais, atualizada monetariamente e acrescida dos juros moratórios, atualizada até o dia 24/06/2014, no valor de R\$ R\$ 60.364,42(sessenta mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

A imposição dos juros, previstos no art. 20, da LC 01/94⁵, deve limitar-se aos estritos mandamentos legais, não podendo se transmutar em óbices ao regular exercício da ampla defesa e, assim, tendo em vista que: **1) na data de**

⁵ Art. 20. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa prevista no art. 56 desta Lei Complementar, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução, conforme previsto no artigo 71, § 3º, da Constituição Federal.



21/05/2015 o Tribunal atribuiu ao Embargante a responsabilidade pela restituição do valor recebido indevidamente a título de auxílio de transporte para participação em curso de aperfeiçoamento de oficiais; **2)** desde a apresentação de sua defesa, em 24/06/2014, o Embargante se propôs à quitação do débito sobre os valores recebidos a título de indenização de transporte para participação em curso de aperfeiçoamento de oficiais; tenho que a imposição dos juros deve se limitar à data em que o Embargante se propôs a restituir o débito apurado nestes autos, ou seja, dia 24/06/2014.

No que concerne à proposta de repetição de indébito não encontro óbice à sua realização, ainda que de modo parcelado, nos moldes do art. 180, parágrafo único, inciso I, do RI/TCDF⁶.

O parcelamento de dívidas junto a este Tribunal encontra paradigma no item III, letra “a”, da Decisão nº 4.463/2004⁷, sendo de 10% dos rendimentos brutos, deduzidos os descontos compulsórios, com atualização monetária, anual, do saldo devedor, em consonância com o disposto no § 1º., do art. 1º., da LC nº 435/2001.

Assim, ante o expendido, VOTO no sentido de que o e. Plenário:

I – conheça:

- a) os presentes Embargos de Declaração com efeitos infringentes; e,
- b) o pedido de parcelamento de débito, às fls. 46/47.

II – dê parcial provimento ao mérito do recurso, reformando parcialmente os termos da Decisão 2045/2016 e:

- a) julgue irregulares as contas do militar **Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva** com fundamento no art. 17, inciso III, alínea “b” e “d”, da LC 01/94⁸;
- b) defira, nos termos do art. 180, I, do RI/TCDF, o parcelamento do valor de R\$ 60.364,42, referente à quantia original de R\$ 23.000,90, recebida a título de indenização de transporte para frequentar curso de aperfeiçoamento de oficiais, atualizada

⁶ Art. 180. O pedido de parcelamento implica confissão da dívida apurada, e o não-recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor.

Parágrafo único. A autorização do parcelamento implicará as seguintes providências:

I - se o responsável for servidor público, o Tribunal comunicará o fato ao órgão ou entidade, para desconto em folha de pagamento;

⁷ III) esclarecer à jurisdicionada que: a) o valor da parcela a ser descontada deverá ser fixado em 10% (dez por cento) da remuneração do servidor militar, tendo em conta o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90 e o fato da Lei nº 10.486/2002 não fixar expressamente o limite de desconto para as reposições e indenizações ao erário, devendo o saldo devedor ser atualizado em janeiro de cada ano, a partir de 2005, nos termos da Lei Complementar nº 435/01, até a completa extinção do débito;

⁸ Art. 17.

As contas serão julgadas:

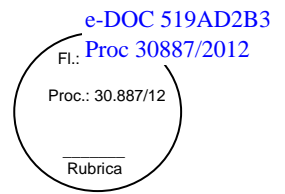
III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

...



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



até o dia 24/06/2014, quando o responsável apresentou proposta de realização do indébito;

- c) determine à PMDF que realize o desconto de 10% sobre os rendimentos brutos do militar **Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva**, deduzidas as parcelas compulsórias, até o limite de R\$ 60.364,42, observando a obrigatoriedade de corrigir anualmente o saldo devedor, nos termos do § 1º., do art. 1º., da LC nº 435/2001, até a quitação do débito;
- d) determine à PMDF que no prazo de 30(trinta) dias informe a esta Corte as medidas adotadas;
- e) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providencias cabíveis.

Sala das Sessões, 29 de março de 2016.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator